

===== **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1998:** *Aos vinte e seis dias do mês de Outubro, do ano de mil novecentos e noventa e oito nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício dos Paços do Município, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor Angelo da Silva Azevedo, Presidente do mesmo, e com a presença dos Vereadores Senhores: Ápio Cláudio do Carmo Assunção, Dr. Mário João Ferreira Monte, Arqt.º José Augusto Amaral dos Santos Godinho, Eng.º António Pinto Moreira, Manuel Francisco Valente, Dr.ª Maria Helena Terra Ferreira Dinis, Eng.º António Maria da Costa Martins e Dr. Carlos Manuel de Sá Correia.* =====

===== Secretariou a presente reunião a Chefe de Repartição Maria Emília Martins da Silva . =====

===== Depois de todos haverem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 10 h e 40m. =====

===== Dado conhecimento do teor da carta remetida pela "Lucival- Sociedade Hoteleira Monte Verde, Lda", firma que se encontrava a explorar a Estalagem foi dito, pelo Senhor Presidente que iriam analisar a mesma. Declarou então o Vereador Senhor Manuel Francisco Valente, que como se encontrava ligado por laços familiares com o concessionário da mesma, não tomaria parte na decisão. Solicitando a palavra, disse o Vereador Senhor Ápio Assunção que antes de analisar a situação colocada na referida carta, pretendia esclarecer se aquela estrutura deveria ou não continuar na posse da Câmara, pois em seu entender deveria a mesma passar para a iniciativa privada. Que seria necessário proceder à legalização da sua situação para que a Câmara no futuro pudesse efectuar a sua venda. Respondeu o Senhor Presidente Ângelo Azevedo que não sabe se será possível vender a Estalagem, pois o terreno onde se encontra crê não pertencer à Câmara, e que existem também accionistas que não foram ainda reembolsados, pelo que pensa que só a longo prazo poderia ser resolvida tal situação. Acrescentou o Vereador Senhor Ápio Assunção que a Estalagem não estará a prestar o serviço que deveria e em seu entender poderia ser rentabilizada. Usou então da palavra o Vereador Dr. Carlos Correia, dizendo que por princípio concorda com o que propôs o Senhor Ápio, mas que em termos práticos será difícil a médio prazo conseguir a privatização. Que face ao agora apresentado pensa que será necessário acertar ideias, quanto ao futuro, para depois ser analisada a situação da concessão, considerando por tal ser importante que todos os presentes se pronunciem sobre o assunto. Concordando disse o Vereador Senhor Manuel Valente, pensar que num espaço de tempo curto seria impossível vender a Estalagem, mas que será na verdade necessário definir o que a Câmara pretende em termos de estratégia a curto, médio e longo prazo. Declarou então o Vereador Eng.º António Maria, que é totalmente contra a venda da



*Estalagem, que seria vender um pouco do Parque de La- Salette , que em seu entender deverá ser defendido e aumentado e não vendido aos bocados, hoje seria a Estalagem e amanhã o bar junto ao lago ou outros. Disse então a Vereadora Dr.ª Maria Helena Terra que encarando a questão do ponto de vista económico, seria mais conveniente à Câmara a venda da Estalagem, mas que o Eng.º António Maria tinha razão no que expôs, e que nem sequer lhe passava pela cabeça que amanhã pudesse vir a ser vendido o espaço junto ao lago ou a piscina. Esclareceu o Vereador Senhor Ápio Assunção que também não pretende estragar o parque, que pretendia colher ideia do Executivo sobre o assunto, e que pensa que no futuro poderá ser a mesma vendida com a salvaguarda do espaço ocupado. Discordando disse o Vereador Eng. António Maria, que estavam a defender a Estalagem como equipamento daquele tipo, mas que poderia a mesma vir a ter novas aplicações, como centro de repouso, ou centro de estágios. Opinou o Senhor Presidente Ângelo Azevedo que poderia no futuro vir a ser contactada a INATUR para analisar a situação e ver quais as possibilidades de aproveitamento da mesma. Pronunciando-se sobre o assunto disse o Vereador Eng.º Pinto Moreira que pelo que lhe tem sido dado observar, a Estalagem está sub- aproveitada. Que pensa que não lhe deve ser dado qualquer destino que ponha em causa o equilíbrio do Parque. Que em seu entender não tem havido dinamização da mesma, mas que qualquer que seja a decisão, venda, concessão ou exploração, deve ter-se sempre em atenção o equilíbrio do Parque e que qualquer actividade ali a funcionar deverá forjar os seus próprios meios de rentabilidade. Fez notar o Vereador Senhor Ápio Assunção que o investimento que ali terá de ser efectuado, é estimado pela "Lucival" em cerca de 56.000 (cinquenta e seis mil) contos, e terá de ser suportado pela Câmara, que não irá colher benefício imediato. Que pensa que para a Estalagem ser rentável deverá estar ligada à Piscina e ao Bar. Disse então o Vereador Arq. Santos Godinho, que aquele espaço está a ser deixado ao esquecimento. Que se for vendida a Estalagem, deve ser efectuada uma escritura com todos os cuidados para ser preservado o parque, e que se for dada à exploração, deverá ser entregue a entidades com conhecimentos para o meio, devendo as obras ser efectuadas pela Câmara. Emitindo a sua opinião, disse o Vereador Dr. Mário Monte, que a questão introduzida pelo Senhor Ápio fez surgir uma nova situação que foi analisada pelo Eng.º Pinto Moreira com alguma realidade. Que o Senhor Ápio tinha feito reflectir se a Estalagem está ou não a ser explorada como deveria ser, e que efectuar contactos com instituições vocacionadas para o Turismo pode ser proveitoso e real para definir o que deve ser ou não feito. Que tem dúvidas se o concessionário está a fazer ou não um bom aproveitamento do local, mas concorda que não deverá ser ocupada com qualquer outra actividade que desfavoreça o equipamento. Informou o Vereador Senhor Manuel Valente que o concessionário tem dificuldades de rentabilidade porque a Estalagem tem poucos quartos e que os clientes que pretendem alojamento ao receber informação quase constante de que está completa deixam de efectuar consulta. Que a Estalagem foi mal feita, que se preocuparam com o aspecto, mas que a dimensão não é rentável. Opinou o Senhor Presidente Ângelo Azevedo que em caso de venda poderia ser colhida informação se*



seria possível ou não construir mais quartos. Questionou então o Vereador Eng. António Maria, que se em caso de um particular adquirir a Estalagem, pudesse vir a ter autorização para a ampliar, porque não efectuar a Câmara a ampliação da mesma. Discordando disse o Vereador Arq. Santos Godinho, que o contacto com outras entidades, podem propor outra solução sem vir a ser efectuada a privatização e que poderão vir mesmo a fazer as obras necessárias sem gastos para a Câmara. Fazendo o ponto da situação disse o Vereador Dr. Carlos Correia que, do que ouviu, conclui que no futuro poderá vir a mudar o figurino da exploração da Estalagem, e que sendo assim deverá ser ponderado se o contrato agora a efectuar deverá ser por um período mais curto, respondendo o Vereador Senhor Ápio Assunção que em seu entender o contrato deveria ser de cinco anos prorrogável por mais cinco, e que caso fosse tomada outra iniciativa, seria o concessionário reembolsado das despesas emergentes, ali efectuadas, para que não fosse prejudicado. Mais disse que a Câmara deverá aprovar o investimento que deverá ser efectuado pelo concessionário, acompanhar e fiscalizar a sua execução. O Senhor Vereador Dr. Carlos Correia, disse que estavam a partir da discussão de uma renovação do actual contrato e que pensa que deverá ser efectuado concurso, cujo caderno deverá solicitar a definição de ocupação e investimento sem definir valores. Concordando disse o Vereador Eng.º António Maria que deverá ser efectuado concurso, esclarecendo que a Câmara pretende dar à concessão o espaço, que deverá ser explorado com dignidade, definindo em proposta as obras necessárias e que se propunham fazer. Informou o Vereador Senhor Ápio Assunção que tinham sido criadas expectativas ao actual explorador e que pensa que deverá ser renovado o contrato com o mesmo, mas com apresentação de nova proposta para as obras a efectuar, que deverá ser repetidas acompanhadas e fiscalizadas pela Câmara. Discordando disse o Vereador Eng.º António Maria, que pensa e é esta a sua posição, que deverá ser aberto concurso público, por ser a solução que a seu ver garante a transparência do processo e a melhor defesa do interesse do Município. Acrescentou então a Vereadora Dr.ª Maria Helena Terra que no momento e relativamente aquela empresa não poderá ser renovado contrato pois o existente já caducou. Que se estivesse perante a possibilidade de renovação talvez pensasse como o Senhor Ápio, mas que não está nessa possibilidade e que portanto terá de se partir para uma nova situação. Que lhe parece que mesmo a incluir cláusula em que tivesse em consideração o actual explorador, pensa que poderão vir a ser criadas situações em que venham a ser acusados de favoritismo, e que numa situação de contrato novo pensa que não poderá ser favorecido. Discordando disse o Vereador Dr. Mário Monte, que dada a urgência das obras, a possibilidade de renovação colocada pelo Senhor Ápio pelo prazo de duração de cinco anos, e assumindo a Câmara, porque é verdade que o impasse de renovação é da sua responsabilidade, poderá e deverá ser renovado o contrato. Disse então o Vereador Dr. Carlos Correia que gostava de saber ao longo do prazo em que a "Lucival" esteve na concessão quanto é que a Câmara investiu na Estalagem. Acredita que tais elementos serão importantes para fazer um balanço de como correu a concessão da "Lucival". Que concorda com o que foi dito pelo Senhor Ápio de que tenham sido

criadas perspectivas de renovação do contrato à "Lucival", mas que não tem qualquer responsabilidade no assunto e que deveria ser analisado se se pretende ou não que seja prestado ali um bom serviço. O Vereador Eng.º António Maria disse que na verdade foram feitas reuniões em que esteve presente o concessionário, mas que não lhe foram dadas quaisquer certezas de renovação do contrato. Corrobora com o que disse o Dr. Carlos e que em nenhum momento foram criadas expectativas. Discordando disse o Vereador Senhor Ápio Assunção que foram na verdade criadas expectativas nas reuniões, e que por isso veio o mesmo apresentar a presente proposta. Disse o Vereador Dr. Carlos Correia, que devem ser respeitados todos os aspectos já falados de transparência do processo e que já que foi opinião unânime de que a Estalagem não tem sido bem explorada, independentemente do número de quartos ou salas que possui, para além de tudo deve ser ponderada a relação com a "Lucival", dado conhecer que nem sempre teve as rendas em dia, e que se por exemplo nos 56.000 (cinquenta e seis mil) contos que apresenta de obras, decerto existem algumas que devem ser efectuadas pelo concessionário, devendo ser devidamente analisado o contrato e decidir se é importante ou não manter o mesmo. Disse então o Vereador Senhor Ápio Assunção que é de opinião que não seja tomada qualquer decisão para ser analisada toda a situação. Confirmou o Senhor Presidente Ângelo Azevedo que vão colher os elementos e analisar toda a situação para posteriormente ser tomada decisão. =====

===== Finalmente foi deliberado por unanimidade aprovar a presente acta em minuta nos termos do número 4 do artigo 85º do D.L. 100/84 de 29 de Março e número 3 do artigo 27º do C.P.A.. A presente acta foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa e respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião eram 13h da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu, *Jessica Escalante* Secretária da Silva a redigi e subscrevo. =====

*Ângelo da Silva*  
*Jessica Escalante*  
*João da Silva*  
*Alcides*

*Maria do Carmo*  
*António da Silva*